

SERVIÇO DE APOIO E ASSESSORAMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA: SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ) E A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Rosane Celeste Reis, Zenilde Nery da Silva Melo; Tamara França de Almeida Magalhães; Cheila Freires Chaves

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, zaneceleste@gmail.com ; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, , zenilde543@gmail.com; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tamafranc@yahoo.com.br; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, chavescheila@hotmail.com.

Nos últimos anos observamos que foram muitas as transformações no sistema educacional brasileiro. Desde a década de 1990 os governos vêm investindo de forma progressiva em políticas inclusivas de educação que trouxeram avanços importantes além de uma gama de programas e políticas sociais direcionadas às demandas atendidas por elas. Neste atual cenário, consolidado com o advento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva implementada em 2008, o governo vem objetivando de forma contínua assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nos sistemas de ensino do país.

Desde então, como resultado destas ações, os índices de alunos com necessidades especiais matriculados na educação básica elevaram-se progressivamente, conforme verificou Almeida (2016) e outros, em pesquisas que versam sobre esta temática. Do mesmo modo, no ensino superior, Souza (2016) verificou que no decênio 2003-2013, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas os percentuais de matrículas de estudantes com deficiências apresentaram um crescimento significativo principalmente no período compreendido entre os anos de 2007 e 2009. De acordo com a autora, o intervalo entre os anos de 2008-2009 expressa um aumento ainda maior, o que pode estar associado à repercussão da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (SOUZA, 2016).

Diante disso, o reconhecimento de uma ação voltada para o atendimento desses universitários foi expressa no Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência pelo Decreto 7.612, de 17 de novembro de 2011, do governo federal e através do Programa de Acessibilidade na Educação Superior - INCLUIR – foi empreendida a criação ou reestruturação de Núcleos de Acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (MIRANDA, 2014).

Assim, muitas fronteiras foram estabelecidas com vistas ao atendimento educacional aos estudantes público-alvo da Educação Especial nas instituições de Ensino Superior Brasileiras. De acordo com Castanho e Freitas (2006), os professores universitários e os demais envolvidos com esta etapa de ensino formal não podem mais se omitir do envolvimento com o novo paradigma da educação, dado que o reconhecimento e a valorização da diversidade humana, na qual se encontram as pessoas com algum tipo de deficiência, são princípios da educação nacional.

Com o crescente número de matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior, em nosso caso específico na UFRRJ, tem-se provocado à Academia, e, por conseguinte inúmeros autores e pesquisadores, ao enfrentamento dos desafios presentes nesse processo, sobretudo, a necessidade de se originar/constituir uma Universidade mais democrática e plural. Entretanto, sabemos que são incipientes as ações políticas efetivas a favor da inclusão deste público, tal como afirma Damasceno, (2011): “[...] o direito à educação e o respeito à cidadania das pessoas com deficiências é recente na sociedade

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

brasileira”. Sendo assim, para garantir o ingresso e a permanência dos estudantes público-alvo da educação especial nas Universidades, muitas barreiras são enfrentadas!

Em virtude destes acontecimentos, esta pesquisa pretende investigar os efeitos da inclusão dos estudantes com deficiência nas instituições públicas de ensino superior, neste caso na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É válido destacar que tal análise originou-se de um projeto de extensão organizado pelos servidores técnico-administrativos do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da UFRRJ tendo em vista atender os alunos com deficiência matriculados nos cursos de graduação vinculados ao ICHS.

No projeto em questão, ainda em andamento, discute-se os aspectos político-legais que se voltam para o processo de inclusão desses estudantes na Universidade, e como os servidores técnico-administrativos podem atuar de maneira a afirmar a esses alunos e professores o direito de isonomia e equidade de oportunidades. Ressaltamos que o objetivo principal desta proposta é organizar um serviço de apoio à pessoa com deficiência que possa congregiar as ações existentes, mas que se encontram dispersas, em especial aquelas relativas à inclusão social baseada em atitudes favoráveis à permanência e ao sucesso acadêmico de nossos estudantes e professores com necessidades específicas¹. Os resultados advindos por meio da implementação das ações do projeto nos oportunizará dados para que possamos aferir os efeitos da inclusão destes estudantes em nossa universidade.

Entendemos que tal proposta se justifica, pois, nota-se que à medida que se amplia o acesso de pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES), contrariamente são escassas as produções acadêmicas que versam sobre esta temática. Desse modo, investigações como esta são importantes tanto pela incipiência de estudos acadêmicos que contemplam esta questão quanto pela inexpressiva presença de estudantes com deficiência nas instituições superiores de ensino. Intencionamos com a realização deste trabalho, produzir um referencial com informações importantes sobre as questões discutidas no processo de inclusão do estudante com deficiência no ensino superior.

Assim, para o desenvolvimento da análise proposta, metodologicamente utilizaremos os pressupostos da pesquisa qualitativa. Ressaltamos que trata-se de uma pesquisa descritiva que será desenvolvida por meio de análise documental e inferências qualitativas. Serão dados de análise: entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos de nossa pesquisa e dados de matrículas de alunos e docentes com necessidades específicas atendidos no ICHS, estes últimos, os sujeitos de nossa pesquisa.

É válido destacar ainda que nossa análise será fundamentada nos estudos da Psicologia Social e suas teorias acerca das atitudes sociais e na Teoria da Psicologia Histórico Cultural do Desenvolvimento Humano. Compreendemos que a cultura é uma característica social mediada pelos processos históricos e pelo desenvolvimento humano. Os estudos de Vigotski nos trazem estas informações apresentando os pressupostos da Teoria da Psicologia Histórico-Cultural que compreende o homem enquanto ser biológico que se desenvolve e adquire as características tipicamente humanas no processo social por meio das relações interpessoais. Já a Psicologia Social busca colaborar para facilitar a compreensão do fenômeno das atitudes sociais desenvolvidas, bem como dos aspectos inerentes à formação e mudança de atitudes.

¹ Coletivo da Pessoa com Necessidade Educacional Específica (PNE) da Rural é o primeiro coletivo nacional sobre este tema organizado com regimento e documento fundador. O projeto tem como objetivo promover o debate sobre a inclusão e a acessibilidade de alunos, além de conscientizar professores e funcionários sobre os cuidados e as mudanças necessárias para o acolhimento de todos. O grupo é composto por alunos e professores de diversos cursos que se interessam e se preocupam com a causa. Muitos estão envolvidos em pesquisas ligadas à acessibilidade. Disponível em: <http://portal.ufrrj.br/seminario-promove-lancamento-do-coletivo-da-pessoa-com-necessidade-educacional-especifica-pne/>. Acesso: 15/08/2016.

Como se trata de uma pesquisa em andamento iniciada no primeiro semestre de 2018, ainda não foi possível aferir os resultados preliminares. No entanto, já podemos evidenciar apenas com a apresentação desta proposta que trata-se de um tema de grande relevância no escopo de pesquisas que versam sobre a inclusão nas universidades brasileiras, pois possibilita reflexões sobre o fundamento de eventuais atitudes preconceituosas, uma vez que é de nosso conhecimento que a presença de alunos com deficiência, tanto nas universidades públicas quanto nas privadas é em geral, muita baixa. Neste sentido, se o contato com as pessoas com deficiência nos ambientes sociais não é promovido e tampouco exista preparação prévia dos envolvidos nestas interações, as diferenças podem prejudicar ainda mais o processo interativo que se quer constituir.

Referências:

ALMEIDA, T. F. Análise dos indicadores e políticas de inclusão escolar na Baixada Fluminense. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC), Seropédica, 2016.

CASTANHO, D.M; FREITAS. S.N. Inclusão e prática docente no ensino superior. Revista Educação Especial-UFSM, Santa Maria, nº 27, páginas 93-99, 2006.

DAMASCENO, A. Tessituras Histórico-Políticas da inclusão de estudantes com necessidades especiais: da Educação Especial à Educação Inclusiva. Públicas e produção do conhecimento em Educação Inclusiva. Valdelúcia Alves da Costa (ET al.) (organizadores). Niterói: Intertexto, 2011.

MIRANDA, W.T.S. Inclusão no Ensino Superior: das políticas públicas aos programas de atendimento e apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais. 178f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2014.

REIS, R.C.D. Inclusão em Educação: fronteiras entre a política institucional e os movimentos instituintes do atendimento educacional de estudantes público-alvo da Educação Especial na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Campus de Seropédica. 2016. 160p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). IA/UFRRJ, 2016.